

O primeiro julgado citado é o Acórdão proferido no processo de nº 0010927-94.2017.5.03.0139, da lavra do Desembargador Vicente de Paula Maciel Júnior. Analisemos esse caso. A ementa do julgado é a seguinte:

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. ENQUADRAMENTO. CRITÉRIO DA ESPECIALIZAÇÃO DE CATEGORIA. A finalidade do constituinte ao instituir as contribuições sociais de interesse das categorias sociais e econômicas (art. 149 da CR) foi estruturar e fortalecer a estrutura sindical, de forma que são obrigadas a recolher o indigitado gravame todas as pessoas físicas e jurídicas beneficiadas pela atuação das entidades corporativas, cuja missão institucional não se restringe à temática trabalhista. Nos termos dos arts. 511, §§ 1º e 2º, e 570 da CLT e 8º, III, da Constituição, o enquadramento sindical faz-se, em regra, pelos critérios da base territorial de atuação/prestação de serviços e da atividade preponderante do empregador. Nessa perspectiva, segundo disciplina o art. 570, caput e § único, do diploma celetista, os sindicatos constituir-se-ão normalmente por categorias econômicas e profissionais específicas, de tal forma que o enquadramento sindical se rege, preponderantemente, pelo critério da especialização. Evidenciando-se dos autos que o sindicato-autor não logrou provar a integração da ré na categoria econômica que representa, fato constitutivo de sua pretensão (art. 373, I, do CPC/15), resta fulminada a presente ação de cobrança de contribuição sindical, malgrado a configuração da hipótese de incidência que validaria a exação, nos termos dos arts. 578 e 579 da CLT.

(TRT-3 - RO: 00109279420175030139 0010927-94.2017.5.03.0139, Relator: Convocado Vicente de Paula M. Junior, Setima Turma)

O entendimento desse julgado é absolutamente correto e não guarda nenhuma relação com a questão aqui discutida, uma vez a sociedade empresária que teve sua filiação ao SINSEHT contestada, a Prestar – Prestação de Serviços Ltda., é uma empresa de prestação de serviços em recursos humanos e trabalho temporário, que tem uma variada gama de diferentes categorias profissionais em sua folha de pagamento. Cita-se o seguinte trecho do inteiro teor desse julgado:

Já o SINSEHT, representa as empresas de prestação de serviços em **recursos humanos e trabalho temporário** (ID. 44ea15b).

[...]

Com efeito, tenho que, enquanto o sindicato autor (SEAC/MG) atua junto empresas com um leque menor profissionais com foco em atividades ligas ao asseio e conservação, a empresa PRESTAR - PRESTAÇÃO de DE SERVIÇOS LTDA. dedica-se ao recrutamento bem mais amplo, prestando serviços variados, atraindo a sua representação pelo SINSEHT.

Dai, faz-se o seguinte questionamento, se Vossa Senhoria o pregoeiro, valendo-se de sua faculdade (poder) positivada no §3º do art. 43 da Lei 8.666/93⁸, requisitasse o histórico do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Recorrida, a Santá Fé, nós veríamos ali o registro de assessores, pesquisadores, peritos, técnicos de T.I., bibliotecários, cientistas da informação, agentes autônomos, profissionais do ramo dos serviços em recursos humanos (psicólogos, agentes sociais) e trabalhadores temporários? Ou o CAGED nos revelará os típicos quadros funcionais de uma sociedade empresária que terceiriza funcionários para asseio e conservação? Assim, com base no no §3º do art. 43 da Lei 8.666/93, sugere-se que Vossa Excelência exija que a Recorrida apresente seu CAGED.

O segundo julgado que a Recorrida cita é o de nº 0066500-25.2003.5.03.005, da lavra do Juiz Relator Danilo Siqueira Castro Faria, a partir da p. 4 de suas contrarrazões. Nesse julgado a alteração de filiação a entidade sindical foi considera lícita uma vez que a. a sociedade empresária tinha uma vasta gama de funcionários a seu serviço, contando com diferentes ofícios em seus quadros; b. a alteração do contrato social e da entidade sindical foi efetuada muito antes da licitação na qual se utilizou o piso salarial da nova categoria; c. a sociedade empresária já havia recolhido, por várias vezes, contribuições sindicais para o sindicato novo. É o que se lê no inteiro teor do julgado, *in verbis*:

Todavia, a contar da 4ª alteração do seu contrato social, o que se deu em 5/9/2002, houve mudança de seu objetivo social, o qual passou a ser a "prestação de serviços de terceirização de mão-de-obra em geral e de recursos humanos e de administração de condomínios

Ao contrário do que alega o autor, a referida modificação de objetivo econômico e enquadramento sindical não se deu com objetivos espúrios, de modo a se engajar no processo licitatório promovido pela segunda reclamada. Isso porque tal alteração ocorreu em período anterior à publicação do edital de licitação pela UFMG, em 18/09/2002.

[...]

Convém ressaltar que ficou comprovado nos autos o recolhimento de contribuições sindicais, relativamente aos exercícios de 2002 e 2003, junto ao SINSEHT – Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais e ao SINTAPPI – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Perícia, e Informação, conforme se vê às fls. 182, 192 e 193.

8Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: §3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta



Nenhum desses fatos ocorreu no caso em tela: a Recorrida alterou seu contrato social e sua filiação sindical em 2020, muito depois do Edital desse certame, publicado em 2019. Frisa-se ainda que o subitem 5.1.4. do Edital determinou que as propostas dos licitantes deverão ser apresentadas tendo por base os custos referentes ao exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho.

Ademais, questiona-se? A Recorrida alguma vez recolheu contribuiu para o sindicato ao qual agora se filia? É mais uma diligência que Vossa Senhoria pode requerer, para jogar mais luz sobre o subterfúgio utilizado pela Recorrida.

Vê-se então que as decisões citadas pela Recorrida não lhe ajudam. Pior, se analisadas detidamente, com leitura atenciosa do inteiro teor dos julgados, descobre-se que são decisões que depõem contra a Recorrida.

Na p. 5 de suas contrarrazões a Recorrida cita parecer da Consultoria Jurídica de Minas Gerais (01422/2019/CJU-MG/CGU/AGU). O parecer fala o óbvio: a filiação sindical é feita levando-se em conta atividade principal da sociedade empresária. A citação do parecer segue com meras platitudes já antes pisadas e repisadas.

Depois, à p. 8, a Recorrida quer que Vossa Senhoria confunda *prestação de serviços em recursos humanos*, que é categoria representada pelo SINSERHT, com o fornecimento de recursos humanos, ou fornecimento de mão de obra. Ora a prestação de serviços em recursos humanos se refere à atividade econômica relativa à seleção e gerenciamento de mão de obra, locação de mão de obra temporária e gestão de recursos humanos para terceiros, atividades correspondentes aos CNAEs 781/782 e 783. Prestação de serviços de recursos humanos não é fornecer mão de obra terceirizada. Assim, deve ser descartada a argumentação da Recorrida nesse sentido, não passando de pueril jogo de palavras.

Por fim, a Recorrida cita pequenos trechos do que se supõe serem decisões judiciais, mas não dá o número do processo, o órgão julgador, a data de publicação, o nome do desembargador ou o juiz, de tal forma que não se pode levar tais julgados a sério. Meso que fosse possível, não alteram nada: **nenhum desses julgados afirma que um licitante pode adotar piso salarial de categoria que não é a sua para vencer ilicitamente licitação. Não há jurisprudência que permita isso.**

Assim sendo, deve conhecido e provido o Recurso Administrativo.

Página 8 de 9



Termos nos quais, pede deferimento,

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020

Maria Aparecida Freire de Medeiros

Maria Aparecida Freire de Medeiros
Tel.: (31) 6728-0000
Cons. Campos Serv. Gerais Ltda

01.723.789/0001-77
CONSERVADORA CAMPOS E
SERVIÇOS GERAIS EIRELI
Rua Magnólia, 931
B. Pedro II CEP : 30.770-020
BELO HORIZONTE - MG